A25A REFERENCIAL

RUA LUÍS DE CAMÕES, 47
2795 LINDA-A-VELHA — TELEF. 4198105/30

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

AVENÇA • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA • N.º 9/FEV. A AGOSTO 87/ANO 3

A25A O REFERENCIAL

Continuam a registar-se factos que muito nos honram, e que representam por si o prestígio que temos grangeado no espaço da sociedade em que esta A25A é legitimamente reconhecida:

* Saudação pública do Governo Regional da Madeira a quando das comemorações do XIII aniversário do 25 de Abril.

* Convite à A25A, que foi representada pelo seu Presidente da Direcção nas diferentes comemorações do Dia de Portugal, em 10 de Junho.

* Audiência concedida pelo Presidente da Assembleia da República à A25A.

EDITORIAL

LEI D. N. e das FORÇAS ARMADAS
ART.º 28.º, N.º 3

Nenum militar poderá ser beneficiado ou prejudicado na sua carreira, em razão da ascendência, sexo, raça, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, situação económica ou condição social.

Vasco Lourenço foi punido por se afirmar defensor intransigente do regime democrático.

O seu pecado foi gritar bem alto, que também os militares, têm o dever e o direito de protegerem as liberdades democráticas, e a soberania do Povo a que pertencem.

O seu erro foi defender os militares das acusações injustas, ingratas e demagógicas dos que têm vindo a responsabilizá-los pelas dificuldades e carências da sociedade portuguesa contemporânea.

A punição de Vasco Lourenço é apenas mais um caso entre tantos de intolerância para com os militares que legítima e legalmente, se mantêm declaradamente fiéis aos valores fundamentais de Abril.

Nunca antes a A25A veio a público defender esses homens verticais, que se têm negado a calar os seus ideais democráticos, em troco da tranquilidade de uma carreira, ou da segurança que possa representar a aceitação submissa da vontade discricionária dos detentores ocasionais do poder.

Houve que conter muitas vezes, demasiadas vezes, a mágoa indignada que os actos grosseiramente iníquos perpetrados contra esses homens generosos provocava. A tanto aconselhava o compromisso estatutário assumido pela A25A, e a certeza de que compete moral e legalmente aos órgãos de soberania, pôr cobro ao clima intimidatório e persecutório que ainda se vive no seio das Forças Armadas, à revelia das mais elementares regras de um estado de direito democrático.

A excepção aberta a propósito de Vasco Lourenço, deve-se ao facto de este militar ter sido objecto de privação de liberdade, por declarações que pronunciou na qualidade de presidente da direcção da A25A, numa reunião sem carácter público organizada pela Associação para celebrar o 13.º aniversário da restituição das liberdades cívicas e políticas aos portugueses.

Fique porém a certeza, de que o repúdio manifestado pela A25A a propósito da punição do seu presidente, engloba também todos os actos que, injusta e injustificadamente, têm prejudicado e ofendido muitos daqueles que contribuiram com dignidade, coragem e altruismo, para que o regime democrático seja hoje uma realidade em Portugal.

Não se pretende quaisquer previlégios para estes cidadãos. Nem pelo que fizeram, nem pelo que defendem. Para eles, espera-se tão só um tratamento perante a lei igual ao de todos os outros cidadãos.

Inconformada com a passividade dos órgãos de soberania, a A25A continuará a insistir junto de quem de direito e a utilizar os meios legais ao seu alcance para obstar a que uns poucos que nunca se apaixonaram por

(Continua na pág. 15)

Sumário

Editorial	1
A25A O Referencial	1
Comunicado da A25A	2
Assembleia Geral da Associação 25 de Abril	3
Novos Corpos Gerentes	3
Balanço — Demonstração dos Resultados Líquidos	4
Carta ao Presidente do PSD	4
Comemorações do XIII Aniversário do 25 de Abril	5-10
Comemorações do XIII Aniversário do 25 de Abril de 1974 — Delegações	11-13
Noticiário	13
Noticiário	14
Informação	14
Folha Desportiva	15
Última Página — Campanha de Fundos	16

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:
Associação 25 de Abril

Rua Luís de Camões 47
2795 Linda-a-Velha

DIRECÇÃO:
José Manuel Oliveira Monteiro

COMISSÃO DO BOLETIM:
José Manuel Oliveira Monteiro
Manuel Rosa da Silva Barata

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
Tipografia-Escola da ADFA
R. Artilharia 1 Telef. 65 35 93
Lisboa

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TIRAGEM:
5000 exemplares

ENDEREÇOS:

Associação 25 Abril
R. Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

DELEGAÇÃO DO NORTE
Apartado 678
4012 PORTO

DELEGAÇÃO DO CENTRO
Apartado 3041
3000 COIMBRA

NÚCLEO DO ALENTEJO
Rua Bernardo Santareno, n.º 2
Bairro das Nogueiras
7000 ÉVORA

COMUNICADO DA A25A

Quando da Punição disciplinar do seu Presidente a Direcção da A25A emitiu o comunicado seguinte:

A Direcção da Associação 25 de Abril, reunida em 27 de Maio corrente, decidiu tornar público o seguinte:

1. **Em 26 de Abril último, a A25A organizou no Estufo Frio de Lisboa o já tradicional almoço-convívio comemorativo do 25 de Abril de 1974.**

2. **Nessa reunião de associados e amigos da A25 A, inegavelmente de carácter não público, o Ten.-Cor. Vasco Lourenço, na sua qualidade de Presidente da Direcção da Associação, invocou a efeméride numa curto intervenção, cujo teor foi utilizado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército para mondar instaurar-lhe um processo disciplinar e, na sequência, puni-lo com 5 dias de detenção.**

3. **Os valores que regem a acção da A25A são exactamente os mesmos que enformam o sistema político existente em Portugal e que o Constituição da República consagro. Esta realidade tem podido ser constatado pelo povo português desde a fundação da Associação.**
Só neste sentido podem ser interpretados os declarações do Ten.-Cor. Vasco Lourenço que, de facto, se limitou o constatar uma realidade social portuguesa, focando aspectos já reconhecidos por outros individualidades, desde o Primeiro-Ministro o vários bispos católicos. A terminar, o Ten.-Cor. Vasco Lourenço defendeu que se o democracia desaparecesse, substituído por um regime ditatorial, seria obrigação dos militares refazerem Abril.

4. **A A25A considero dever de todo o cidadão. militar ou civil, o permanente disponibilidade poro preservar e fortalecer Abril, como símbolo dos liberdades cívicos e políticos do democracia pluralista e do justiço social nos seus múltiplos aspectos. Dever esse que, poro além de um imperativo de consciência, decorre directamente do Constituição do República, que todos os militares se obrigam o cumprir logo no próprio juramento de bandeiro.**
Os militares conhecem, compreendem e aceitam os restrições ao exercício do direito de expressão que lhe são impostos pelo Lei de Defesa Nacional. O que o A25A contesto é o amputação do capacidade cívica dos militores através de uma interpretação do lei que a Assembleia do República não consagrou.

5. **A A25A considero que o situação agora vivido pelo Ten.-Cor. Vasco Lourenço atinge todos os militares que legitimamente se empenham na consicente consolidação do democracia. Por isso, traduzindo o sentir dos seus associados, declaro a incondicional solidariedade ao presidente da sua Direcção, Ten.-Cor. Vasco Lourenço, e reafirmo, com a serenidade dos consciências tranquilas, a sua intenção de continuar a contribuir com inabalável firmeza, sempre no respeito integral dos seus fins estatutários, poro o democracia que o 25 de Abril permitiu.**

Lindo-o-Velha, 27 de Maio de 1987.

ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO 25 ABRIL

ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS E DO R. I.

ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS
E DO REGULAMENTO INTERNO

Na Assembleia-Geral da Associação 25 de Abril, que decorreu no passado dia 21 de Março, foram aprovadas por maioria as Alterações aos Estatutos e Regulamento Interno, ficando com a redacção seguinte:

ESTATUTOS:

Artigo 2.º

A Associação tem a sua sede na área de Lisboa.

2. Podem ser criadas, por deliberação da Direcção, delegações noutros pontos do território nacional.

Artigo 7.º

1. ...
2. A duração do mandato dos Corpos Gerentes é de dois anos.
3. O voto para eleição dos Corpos Gerentes é directo e secreto sendo admitido o voto por correspondência, mas não o voto por procuração.
4. O processo eleitoral é organizado e dirigido por uma Comissão Eleitoral, formada pela Mesa da Assembleia-Geral e um delegado de cada uma das cadidaturas.
5. As regras sobre o processo eleitoral constarão do Regulamento Eleitoral a aprovar pela Assembleia-Geral.

Artigo 10.º

1. A Direcção é composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro, cinco vogais efectivos e três substitutos.
2. O Presidente é substituido nas suas faltas ou impedimentos pelo Vice-Presidente e este pelo Secretário.
3. Os vogais efectivos são substituidos nos seus impedimentos continuados, pelos vogais substitutos, por deliberação da Direcção.

REGULAMENTO INTERNO:

Artigo 1.º

1. A Associação tem a sua sede no Distrito de Lisboa, na Rua Luís de Camões, quarenta e sete, código postal mil setecentos e noventa e cinco, Linda-a-Velha.
2. Haverá delegações da Associação, criadas mediante deliberação da Direcção, nos locais onde seja possível e vantajoso, devendo a sua criação ser proposta por um número não inferior a 100 sócios efectivos.

Artigo 22.º

1. A Direcção tem as competências, que, em geral, lhe são atribuidas pelo artigo 11.º dos Estatutos e em particular:
   Proceder os actos necessários à realização dos fins da Associação;
   b) Dar execução às deliberações da Assembleia Geral;
   c) Admitir sócios efectivos nos termos do artigo 8.º;
   d) Admitir sócios apoiantes nos termos do art.º 12.º;
   e) Convidar a titulo permanente, para actividades da Associação, outras que não as relativas ao exercício dos direitos previstos em *a*), *b*) e *c*) do número um do art.º 10.º do presente regulamento, cidadãos estrangeiros que tenham revelado especial solidariedade para com a Associação e os seus fins;
   f) Propor à Assembleia Geral a admissão de sócios de honra, nos termos do art.º 7.º. Estas propostas deverão ser devidamente fundamentadas.

Art.º 25.º

1. Os corpos gerentes da Associação são eleitos até ao dia 31 de Março.

ESCLARECIMENTO:

Nesta Assembleia Geral foi esclarecido que o mandato da Direcção a eleger na presente sessão seria de um ano nos termos do art.º 7.º dos Estatutos então em vigor, e a eleição dos novos Corpos Gerentes será efectuada nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do art.º 18.º e do n.º 1 do atr.º 25.º do Regulamento Interno isto é, até 31 de Março de 1988.

Este esclarecimento foi votado e aprovado por maioria.

PROPOSTAS:

Aprovadas por maioria:

1) «A Assembueia Geral decide realizar os primeiros Encontros da Asaociação Vinte e Cinco de Abril, com o objectivo de debater as actividades das nossa Associação e traçar os rumos da sua acção futura e mandata a Direcção para a sua organização e promoção.»
2) «Msndatar a futura Direcção para deliberar sobre o pedido de subsídios de acordo com duas directivas distintas:

(Continua na página 14)

NOVOS CORPOS GERENTES

ASSOCIACAO 25 DE ABRIL

OS CORPOS GERENTES
PARA 87/88

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente — Vitor Manuel Trigueiros Crespo.
Vice-residente — Duarte Nuno Ataide Saraiva Marques Pinto Soares.
Primeiro.Secretário — Nuno Alvaro Santos Silva.
Segundo-Secretário — Cremildo Lobato Possante.
Substitutos — José Barata Olivença e Joaquim José Filipe Ventura.

DIRECÇAO

Presidente — Vasco Correia Lourenço.
Vice-Presidente — José Manuel da Costa Neves.
Secretário — Manuel Rosa da Silva Barata.
Tesoureiro — José Luís de Nápoles Guerra.
Vogais —António Joaquim Faustino Raimundo, Fernando António da Fonseca Casimiro, Luís Mário Ventura França Galvão, José Manuel Oliveira Monteiro e João Carlos F. Marques dos Santos.

CONSELHO FISCAL

Presidente — Amadeu Garcia dos Santos.
PrimeiroSecertário — José Alberto Nunes da Cruz.
Segundo-Secretário — Eugénio Óscar Filipe de Oliveira.

DELEGAÇÕES

Presidente da Delegação Norte — Rolando Carvalho Tomás Ferreira.
Presidente da Delegação Centro — Manuel Lestro Henriques.

BALANÇO

ACTIVO

DISPONIBILIDADES			
Caixa	108.716$50		
Depósito à ordem	1.798.565$20		
Depósito a prazo	600.000$00		2.507.281$70
CRÉDITO A CURTO PRAZO			
Sector Público Estatal		21.352$00	
Sócio c/ quotas	2.900.600$00		
Provisão —	— 492.700$00	2.407.900$00	
Delegação do Porto		206.347$50	
Delegação de Coimbra		74.798$40	
Núcleo de Évora		20.000$00	
Núcleo de Faro		22.225$00	
Devedores diversos		10.109$00	2.762.752$90
EXISTÊNCIAS			
Bar		10.000$00	
Emblemas		147.780$00	
Medalhas		1.077.500$00	
Estatutos		91.000$00	
Diversos		1.359.530$00	
Embal. Com. Retor.		6.116$00	2.690.926$00
IMOBILIZAÇÕES			
Imobilizações Corpóreas		354.350$00	
Amortizações Reintegrações acumuladas		— 76.345$00	278.005$00
TOTAL DO ACTIVO			8.238.965$60

PASSIVO

EXIGIVEL A CURTO PRAZO			
Sector Público Estatal			23.664$00
Total do Passivo			23.664$00
SITUAÇÃ LIQUIDA			
FUNDO SOCIAL			
Jóias — Sócios efectivos	2.042.000$00		
Jóias — Apoiantes	626.050$00	2.668.050$00	
Fundos pró.sedes			
Donativos	2.651.324$00		
Operação Silves	— 243.875$50	2.407.448$50	
RESULTADOS TRANSITÁRIOS			
1983	439.674$20		
1984	1.786.598$10		
1985	466.880$70	2.693.151$00	7.768.849$50
RESULTADOS LÍQUIDOS NO EXERCICIO			
Resultados Líquidos			446.652$10
			8.238.965$60

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS

CUSTOS DAS EXISTÊNCIAS VENDIDAS

Bar	96.950$00	
Emblemas	111.439$00	
Medalhas	644.110$00	
Autocolantes e Estatutos	1.865$00	
Artigos diversos	362.999$00	1.217.363$00
Despesas com actividades Culturais, Recreativas e Desportivas		2.148.468$00
Fornecimentos e serviços de terceiros		3.007.575$00
Impostos		3.673$00
Desesss com o pessoal		1.665.157$00
Outras despesas e encargos		1.245$00
Amortizações e reintegrações do exercício		26.260$00
		8.062.395$00
Perdas extraordinárias do exercício		3.385$00
Resultados Líquidos		446.652$10
		8.512.432$10

VENDAS

Bar	98.453$50	
Emblemas	106.298$00	
Medalhas	698.645$00	
Autocolantes e Estatutos	3.195$00	
Artigos diversos	456.312$00	1.362.903$50
Receitas de actividades Culturais, Recreativas e Desportivas		1.797.136$40
Receitas de aplicação financeira		132.763$20
OUTRAS RECEITAS		
Quotas de Sócios	3.226.767$50	
Contribuições de Apoiantes	1.992.861$50	5.219.629$00
		8.512.432$10

CARTA AO PRESIDENTE DO PSD

A Direcção da A25A decidiu enviar ao Presidente do PSD após os resultados eleitorais, a carta seguinte:

Ex.mo Sr. Presidente do Partido Social Democrata

Professor Cavaco Silva

Mais uma vez o povo português utilizou a soberania que os militares de Abril lhe restituíram em 25 de Abril de 1974, para afirmar a sua vontade política e escolher os seus representantes na Assembleia da República e no Parlamento Europeu.

Venceu de novo a democracia política, previligiando agora o partido de que V. Ex.ª é o primeiro representante.

O povo português responsebilizouvos pelo desenvolvimento do seu bem estar e de Portugal. Compete-vos utilizar o poder legítimo inequivocamente depositado em vossas mãos para cumprir esta importante missão.

V. Ex.ª concordará que o valor dos resultados que se vierem a obter dependerá do fortalecimento da democracia nas suas vertentes económica, social e cvitural, que dão harmonia e sentido humano à democracia política, e dependerá também do aperfeiçoamento dos processos autonómicos e regionalistas gerados pelo «25 de Abril».

A A25A faz sinceros votos para que com o vosso empenho se prossiga a concretização dos dois DD que, dos três propostos pelos militares de Abril — descolonizar, democratizar e desenvolver — estão ainda distantes do sonho cuja materielização se iniciou treze anos atrás.

A vitória de V. Ex.ª e do seu Partido foi alcançada em liberdade. A A25A tem a certeza de que defendereis a liberdade que ligitimou a vossa vitória.

A A25A felicita V., Ex.ª e o Partido Social Democrata pelos resultados espectaculares que alcançaram em 19 de Julho último.

Com os melhores cumprimentos

A DIRECÇÃO

O senhor Primeiro Ministro posteriormente, em 6 de Agosto respondeu à A25A agradecendo as felicitações enviadas.

Comemorações do XIII Aniversário do 25 DE ABRIL

COLÓQUIOS — PORTUGAL **IDENTIDADE E MUDANÇA**

Para além das já tradicionais comemorações do aniversário do 25 de Abril de 1974 a Associação 25 de Abril proporcionou a realização de dois colóquios de que se publicam as intervenções das entidades que brilhantemente neles intervieram.

COLÓQUIO NA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN:

Intervenção do Presidente da Direcção A25A:

No âmbito das comemorações do 13.º aniversário do 25 de Abril, decidiu a A25A organizar um conjunto de colóquios, subordinados ao tema «Portugal IDENTIDADE E MUDANÇA». Importa, em primeiro lugar, esclarecer que a realização destes colóquios apenas foi possível, com a participação da Comissão Organizadora das Comemorações Populares do 13.º aniversário do 25 de Abril. Com efeito, as dificuldades que a A25A atravessa têm-lhe limitado as possibilidades de realizações concretas, como as que hoje aqui iniciamos. Os nossos agradecimentos aos elementos da comissão, bem como aos convidados que acederam participar nos colóquios, sem os quais, como é evidente, os mesmos não seriam possíveis. A A25A sente-se honrada com a vossa participação. Igualmente expresso o nosso agradecimento a todos os presentes, pela vossa comparência e participação nos debates, que desejamos totalmente abertos. Finalmente, mas não em último lugar, os nossos profundos agradecimentos à Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, nomeadamente ao seu Presidente, Dr. Azeredo Perdigão, pela cedência das Instalações que nos permite a realização dos colóquios com a dignidade que os mesmos justificam. Mais uma vez a Fundação Calouste Gulbenkian e o seu Presidente honraram a A25A e estão a contribuir

positivamente para que uma manifestação cultural e cívica, como a que aqui nos reuniu, se realize. Posição tanto mais de enaltecer quanto uma entidade pública se permitiu participar na perseguição que determinadas forças no poder fazem à A25A e nos recusou o aluguer das suas Instalações para a realização de dois colóquios do ciclo que hoje aqui iniciamos.

Atitude bem demonstrativa da situação que se vive hoje em Portugal, passados 13 anos sobre a madrugada libertadora.

Situação que justificava uma análise profunda, que não iremos aqui desenvolver, limitando-nos apenas a expressar as nossas preocupações por assistirmos novamente, à tentativa de transformar os militares de Abril em bodes expiatórios das incapacidades da quem muito promete e pouco faz, ainda que sejam dos principais beneficiários da situação gerada por esses mesmos militares. Nem tudo é no entanto negativo. Neste colóquio vamos ter, certamente, oportunidade de discutir a acção dos diversos agentes culturais, pintores, escritores, poetas, cineastes, actores e tantos outros, que — criadas que foram as condições de actuação livre e sem peias — protagonizaram uma verdadeira explosão criativa e deram origem a que tivessemos atravessado um dos momentos mais brilhantes e fecundos da cultura portuguesa. Mais uma vez, obrigado pela vossa presença. Discutamos Abril para que seja melhor compreendido e os seus valores sejam o futuro em Portugal.

Fundação Calouste Gulbenkian, 14 de Abril de 1987.

VASCO LOURENÇO

COLÓQUIOS — CONTINUAÇÃO

Intervenção do Dr. Urbano Tavares Rodrigues:

Directa ou indirectamente a Revolução do 25 de Abril estimulou a criatividade am Portugal no domínio da Literatura e das Artes para além de todos os cômputos que se possam fazer. É que os seus benefícios estão ainda a fazer-se sentir, mau grado todas as tentativas (a muitas tem sido) de recuperação ou de destruição do seu espírito por parte das forças que lhe são contrárias a que infalizmente já por mais de uma vez chegaram ao poder.

Com o 25 de Abril deram-se transformações astruturais na sociedade portuguesa, que encontraram eco na literatura, no cinema, no teatro, em textos que de algum modo reproduziram o viver dos portugueses no agitado lapso de tempo da Revolução ou narraram, interpretaram, transpuseram factos do passado próximo e uma luz nova, a da liberdade conquistada, e em função de novas condições sociais. Ao mesmo tempo, essa plena liberdade tornou possível que todos os artistas, mesmo os próprios adversários de Abril, se exprimissem com uma riqueza que em muitos domínios, lhes era dantes vedada.

Se é certo que o Maio Francês de 68 teve impacto na nossa cultura e na forma de estar no mundo de umas quantas centenas ou milhares de intalectuais e que nalgumas obras se fez sentir, não há dúvida de que só o 25 de Abril, desmacarando o falso pudor fascista, trouxe a libertação do corpo à literatura: entre muitos exemplos, citaremos Nuno Bragança (**Square Tolstoi**), Maria Velho da Costa (**Casas Pardas**), Baptista Bastos (**Viagem de um Pai e de um Filho pelas Ruas da Amargura**).

Sobre a Revolução, para além dos testemunhos quase imediatos dos que a viveram intensamente, surgiram romances, novelas e outros textos de José Cardoso Pires (**E Agora José?**), de Maria Velho da Costa (**Cravo**), de Olga Gonçalves (**Ora Esguardae**), de Almeida Faria (alguns volumas da tetralogia **Lusitânia**), de Hélia Correia (**Vila Celeste**) ou de mim próprio (**Desta Água Bebe-rei**), de Antunes da Silva (**Fábrica**), etc.

O discurso sobre o fascismo e e resistência, que fora praticado a furto e temerariamente, ou sob forma alegórica e metafórica, por dois ou três escritoras antes da libertação, ganhou outra amplitude, surgindo obras paradigmáticas do neo-realismo como **Até Amanhã Camaradas**, de Manuel Tiago, verosimilmente escrito nos anos cinquenta; **Balada da Praia dos Cães**, de José Cardoso Pires ou **O Concerto das Buzinas**, de Virgílio Martinho, **Outro Tempo, Outra Cidade**, de Mário Ventura e a saga alentejana de José Saramago **Levantado do Chão**.

O tema da Guarra Colonial, tratado com grande talento por António Lobo Antunes (**Os Cus de Judas, Fado Alexandrino**) e por João de Melo (**Autópsia de um Mar em Ruínas**), tem solicitado inúmeros narradores, e até dramaturgos (Fernando Dacosta aflora-o em **O Viúvo** e faz dele o fulcro da sua peça de teatro **Um Jeep em Segunda Mão**); aparece nos romances de José Manuel Mendes **Ombro Arma** e no Carlos Vale Ferraz **Nó Cego**, em novalas e poemas de Vergílio Alberto Vieira, no conto de Mário de Carvalho **Era uma Vez um Alferes**.

Surgam já na década de oitenta várias narrativas próximas do realismo fantástico, algumas das quais designaríamos mais precisamente por etno-romance **O Dia dos Prodígios**, de Lídia Jorge; **O Mau Mundo não é desta Reino**, de João de Melo, antecedido por **O Oráculo de Jamais**, de Altino do Tojal; obras que refletem o mundo da pobreza em zonas rurais muito caractarizadas, a primeira pelo saber oral popular, a segunda pelo fôlego bíblico, ambas ricas de conotações mágicas. Também em Hélia Correia (**O Separar das Águas, O Número dos Vivos**), em Isabel Barreno (**Um Mundo sobre o Outro Desbotado**), se verificam algumas das caracteristicas de certo realismo mágico como tangenciais lhe são, nalguns aspectos, os grandes romances de José Saramago **Memorial do Convento** e **O Ano da Morte de Ricardo Reis**, os meus textos **Fuga Imóval** e **A Vaga de Calor**.

Alia-se o fantástico ao humor, levado a um ponto alto de realização, em Mário de Carvalho (**Contos da Sétima Esfera, O Livro Grande de Tebas, Navio e Mariana**).

Sobre a emigração económica deu-nos Olga Gonçalves dois romancas: **A Floresta em Bremerhaven** e **Este Ano o Emigrante La-Bas**.

A criatividade que o 25 de Abril desencadeou no campo da cultura, inicialmenta tão rica no que concerne ao teatro, onde se verificou uma nitida regressão, manifestou-se num certo hibridismo, ou contaminação de géneros, que se sente, por exemplo nos textos de Mário Cláudio, como **Amadeu** (entre o romance e a biografia) ou nos da Agustina Beça Luís, como **Um Bico da Terra**, na fronteira dos mesmos discursos; a ainda em Maria Gabriala Llansol (livro como **Causa Amante, Um Falcão no Punho, Contos do Mal Errante** situam-se antre o romance, o ensaio, o diário a a poesia).

Sem aparecerem incluídos numa nova procura tamática ou astética são frutos altos dessa criatividade obras como **Rio Triste**, de Fernando Namora, **Um Amor Feliz**, de David Mourão-Ferreira, ou **Para Sempre**, de Vergílio Ferreira.

Sem entrar no domínio da poesia, que tão rica hoje é, de um Miguel Torga a um Nuno Júdice, de um Eugenio de Andrade a um João Miguel Farnandes Jorga ou a um José Agostinho Baptista, sem esquecer Sofia de Melo Breyner Andresen, Fiamma Hasse Pais Brandão, Manuel Alegre e novos como Wanda Ramos, Isabel de Sá, Maria Graciete Besse, etc., quero apenas assinalar aqueles que foram os autênticos poetas da Revolução — José Gomes Ferreira, José Carlos Ary dos Santos, Armindo Rodrigues, Joaquim Pessoa, José Manuel Mendes — a os que de algum modo lhe ficaram ligados, como Casimiro de Brito, Gastão Cruz, E. M. de Melo e Castro, Armando da Silva Carvalho...

Cumpre deixar aqui bemclaro, antes de terminar, que, se a produção literária portuguesa é hoje das primeiras da Europa, não se pode infelizmente dizer o mesmo da recepção literária, já que a asmagadora maioria da população pouco ou quase nada lê e inclusivamente boa parte dos que compram livros não chegam mesmo a abri-los ou apenas os folheiam. Isto é a triste consequência das diferenciações económicas que têm vindo a agravar-se com os governos de direita, no refluxo da Revolução, e a ausência de uma política cultural democrática capaz de criar os estímulos, os incentivos à leitura, que a política do mecenato não virá resolver. Tal não significa, note-se, a falta de um ensaísmo por vezes extremamente subtil e criador, de que é paradigma, por exemplo, Eduardo Lourenço. Ao falar de recepção, penso aqui sobretudo na falta de uma circulação democrática do livro, que se impõe fomentar no nosso país. Onde surgem esperanças, a esse respeito, é na acção das autarquias, que poderemos ver seguida e amplificada na regionalização, que terá de ter os olhos naturalmente voltados para a cultura de todos, desde a defesa do património e da literatura popular ao relacionamento armónico desta e das massas trabaladoras com a literatura «literária».

URBANO T. RODRIGUES

★

Intervenção de Hélder Costa

Não estava a pensar falar sobre teatro, dado que acho que o teatro é bom para se fazer e para ser visto, e não para se falar dele.

Mas como houve aqui uma intervenção que se referiu à ausência de público das salas de teatro, devo dizer que é verdade é outra.

As salas de teatro têm público, umas mais outras menos, mas têm público. O que se passa é que este público é um público novo que não tinha o hábito de ir ao teatro. É, talvez, o primeiro tipo de público que o teatro português está a conquistar, e que vai ao teatro mesmo para conhecer e gostar de teatro.

COLÓQUIOS — CONTINUAÇÃO

Porque, entes do 25 de Abril, não havia, como se sabe, a menor acção para que se formasse um público de teatro. A Censura, a polícia, o governo, aí estavam para sufocar o teatro e para estupidificar o nosso povo, porque essa era a condição necessária e indispensável para que as forças reaccionárias se mantivessem no poder.

A seguir ao 25 da Abril, uns anos depois, o público invadiu as sales da teetro porque aliava o movimanto dos grupos indapendentes a uma transformação política. E era verdade, não há dúvida. A tal ponto era verdade que determinadas forças e grupos de pressão ideológica, começaram a trabalhar, com grande insistência e tenacidade, no sentido de desprestigiar o nosso movimento teatral.

Felizmente, cada viagem pelo estrengeiro enchia os grupos portugueses da prémios e de prestígio, o que fazia recuar os agentes da alienação cá do burgo, gente com um irresistível sentido de bacoquice perente tudo o que vem lá de fora.

Mes eles insistiram, insistiram, e conseguiram fazer massa no movimento do público em relação ao teatro, envenenando a relação saudável que se estava a estabelecer entre os grupos e o público.

O envenenamento consistiu numa corrida ao sucesso através de muitos e variados oportunismos, e na cedência de princípios para se ficar «bem visto» pelas estruturas que querem mandar na opinião pública, e que mandam nos subsídios.

Seja como fôr, o teatro defendeu-se bem, e hoje está de boa saúde. E estará muito melhor quando e Comunicação Social receber ordens pere pôr o teatro na moda, e começar a dizer que quem não gosta de teatro é uma besta.

Mudando de agulha, é evidente que existe em todos nós uma grande frustração por vermos constantemente deturpados os princípios e os sonhos que se incorporaram no 25 de Abril. Mas as coisas estão em permanente mudança e elteração. E também é evidente que só alguém que estiver (ou que quiser estar) distraído, é que não percebe que a crise que está em curso na sociedede portuguesa é de uma violência inacreditável. Porque não é impunemente que não se pagam salários (e que se goza publicamente com esse situeção), que não se invaste em mais produção, e, correlativamente, em novos postos de trabalho, que se eoloca o problema da saúde nos limites mínimos da sobrevivência, e que se prepara conscientemente um futuro de desemprego e de frustração profissional às actuais élites que conseguiram chegar à Universidade.

Esta crise estudantil — tenho-o afirmado repetidas vezes — é mais importante e meis significativa que e crise de 68. Contrariamente aos ventos de acalmia que várias fontes de opinião quiseram lançar — «tranquilizando» o leitor ingénuo com a repetida «bobagem» de as crises estudantis não serem iguais às de 68, e por conseguinte, tratar-se-ia de um fogo fátuo e supérfluo — a verdade é que a diferença existe, e desta vez com uma notável mudança qualitativa.

Porque em 68, lutave-se por ideias, por sonhos, pela exterminação das formas mais retrógradas do colonialismo e do imperialismo (particulàrmente o português e o Norte-Americano), mas nos dias de hoje os estudantes luram por uma questão muito concreta, que se chama o direito ao trabalho, o diraito à vida.

É para este novo fenómeno que vos quero chamar a etenção.

Usando uma terminologia biblica, não vos deixais cair na tentação do pessimismo, e estejais atentos aos momentos que pessam.

O mais greve, para qualquer de nós, era que estivéssemos distreídos na altura da grande crise que se aproxima.

Holder Costa

—— ★ ——

Intervenção do Dr. António Reis

Cultura e Criatividade no Portugal saído de Abril

Com o 25 de Abril, não foi apenas a liberdade de expressão e criação que se ganhou. Foi também a possibilidade de alargar o imaginário estético e criativo para além da dialéctica da repressão e da resistência a da preocupação mais ou menos directamente político-social que a ditadura necessariamente alimentava no mundo artístico-cultural português. E foi ainda a multiplicação das vias de acesso à vida cultural, com a disseminação das acções de animação e a generalização da consciência do direito à cultura como um direito tão essencial como os direitos políticos, económicos e sociais.

Ao contrário do que por veaes se afirma, a revolução cultural não continua por fazer ou não se encontra em atrazo relativamenta às mutações operadas no domínio político, económico e social. Só que, situando-se no domínio dum invisível do imeginário colectivo, os seus efeitos são menos facilmente detectáveis. Ao longo destes treze anos, porém, muito mudou na situação cultural dos portugueses, tanto na quantidade e qualidade das obras criadas como no acesso à sua fruição. Para isso contribuiu sem dúvida o início de responsabilização do Estado democrático face à cultura, apesar das limitações e até das perversões que têm atenuedo fortemente os efeitos dessa responsabilização.

Com efeito, a política cultural tem sido frequentemente utilizada ora como instrumento de propaganda ideológica, ora como instrumento de prestígio dos governantes, nunca, todavia, até hoje, como um verdadeiro fim da acção política. Daí também a excessiva burocratização dos serviços do Estado neste domínio: em doze anos triplicou o pessoal técnico e administrativo afecto à Secretaria de Estado da Cultura, ficando cada vez mais reduzida a fatia orçamental disponível para apoiar as acções dos agentes criativos e divulgadoras dos bens culturais. Burocratização que, por outro lado, tem acerretado uma atitude cada vez menos dielogante com os agentes culturais, muitas vezes vítimas de discriminações prepotentes e de um tratamento arrogante.

Graças, porém, a uma extreme vitalidade dos criadores e animadores e à pujança do associativismo cultural de base, bem como à acção meritória da entidades privadas como a Gulbenkian a de órgãos do poder local, tem sido possível realizar progressos inegáveis nos vários domínios da vida cultural. Onde o saldo se apresenta ainda fraquíssimo é, a meu ver, na música e no teatro — no que diz respeito ao mundo da criação e divulgação — e na defesa da língua e da presença da cultura portuguesa no mundo, onde está quase tudo por fazer.

Por último, importa referir que tanto o sistema educativo eomo a comunicação social têm faihado na sua missão de difusores culturais por excelência. O primeiro especializa sem cultivar. A segunda diverta ou desinforma (mais no domínio do audiovisual), sem também cultivar.

ANTÓNIO REIS

COLÓQUIO SUBORDINADO AO TEMA:

— A Crise na Sociedade Portuguesa nas Vésperas do 25 de Abril

Local: **Faculdade de Letras de Lisboa**
Data: **8 de Maio de 1987**
Resumo de **Pezarat Correia**

O Colóquio subordinado ao tema «**A CRISE NA SOCIEDADE PORTUGUESA NAS VÉSPERAS DO 25 DE ABRIL**», teve lugar no dia 6 de Maio de 1987, no Auditório da Faculdade de Letras de Lisboa.

Foi moderado por Pedro Pezarat Correia e contou com intervenções introdutórias do tema de Carios Crujeira, Vítor Dias e António Reis.

Abriu o colóquio o moderador, com uma breve introdução, para apresentação dos elamentos de mesa e do tema em debate.

Seguiu-se a primeira intervenção a cargo de CARLOS CRUJEIRA que passou em revista a crise de sociedade portuguesa desde o golpe militar do 28 de Maio de 1926 até ao 25 de Abril de 1974, fenómeno este para o quel, na sua óptica, o país, à excepção do Partido Comunista Português, não estava preparado.

Centrou depois a sua atenção no problema do colonialismo e sua natureza repressiva, quer

COLÓQUIOS — CONTINUAÇÃO

orientada para o exterior através da guerra colonial, quer para o interior, como instrumento da agudização das perseguições políticas e de supressão das liberdades.

Fez ainda uma análise da componente económica do colonialismo e da dicotomia da política económica do regime, entre a lógica colonial e a lógica europeia de edesão à EFTA.

Seguiu-se a intervenção de VÍTOR DIAS que se debruçou sobre a luta anti-fascista, estabelecendo uma ligação lógica com o momento político actual.

Analisou a crise do regime anterior ao 25 de Abril em 4 pontos: a crise económica, a guerra colonial, o isolamento interno e o isolamento internacional.

Pôs em destaque as contradições geradas no interior de cada uma destas áreas, que decorriam da própria busca de soluções no interior do sistema uma vez que este, pela sua natureza, era em si mesmo gerador de crises.

Saliantou a natureza de classe do regime, edequado à defesa dos interesses dessa mesma classe e recusando que se tratasse apenas duma burocracia reaccionária.

Por último ANTÓNIO REIS considerou haver 3 momentos críticos do «Estado Novo», que situou nos períodos 1945/49, 1958/62 e 1971/72.

Caracterizou os 2 primeiros como de mera contestação ao regime, sem que estivesse ainda presente uma proposta alternativa, enquanto que no último já se verificava o aparecimento de novos factores, geradores de novas condições estruturais e motivadores duma renovação da oposição.

Esses factoras novos foram, na sua opinião, o «fenómeno paradoxal da guerra colonial» e o «fenómeno curioso do marcelismo».

Salientou ainda a existência dum fosso entre a mensagem da oposição e a realidade da sociedade de então, que era afinal uma consequência da repressão e dos seus reflexos na própria sociedade.

Seguiu-se um debate vivo e interessante para aprofundamento de alguns dos problemas levantados.

PEZARAT

Intervenção de José Magalhães

O Permanente e o mutável na Constituição

Por **JOSÉ MAGALHÃES**
Deputado do PCP *

Pensar o «conteúdo e modernidade da (nossa) democracia», procurar destrinçar «o permanente e o mutável» na Constituição da República é tema inegavelmente actual que parmita úteis clarificações. Na verdade, ambora em Portugal não exista uma «questão de regime» (a identificação popular com o regime democrático e a Constituição que o consagra é mesurável por potentes indícios) nenhuma força política pode razoavelmante eximir-se a pensar sobre o que deva ter-se por permanente na Lei Fundamental e o que pode (ou deve) mudar em cada época histórica. A resposta a esta questão é, sem dúvida, um dos mais seguros elementos de avaliação do modo como cada um se posiciona face ao regime conquistado com o 25 da Abril. Donde a pertinência do debate que nos é proposto, hoje redobre uma vez que a Assembleia da República a eleger em 19 de Julho terá poderes de revisão constitucional.

1 — Permitam-me que contribua para o necessário debate com algumas reflexões: A primeira incide sobre o estado actual do **sistema partidário e do regime democrático. Em que** ponto estamos? Para onde vamos? A crise política que desembocou na dissolução da AR e na convocação de eleições antecipadas e em especial as lacerações que se manifestaram entre os Partidos dos quais poderia ter brotado uma alternativa ao governo monocolor do PSD, as clivagens visíveis no seu mútuo relacionamento e no relacionamento com o Presidente da República foram sinal visível de duas coisas essenciais:

1.ª — O sistema partidário nascido da revolução, após anos de asfixia, não atingiu ainda contornos estabilizados.

Verifica-se uma tendência «mexicanizadora» do sistema: o PSD batendo recordes de permanência no Governo e explorando a outrance o controlo absoluto dos sistemas políticos das duas regiões autónomas, atingiu perigosos níveis de domínio do aparelho de Estado, das empresas públicas e nacionalizadas, da comunicação social. Somese a este quadro a recente campanha de manipulação de sentimentos religiosos, em aliança com fracções eclesiais, a pretexto da chamada «guerra das frequências» e poderá medir-se a gravidade das ameaças que pendem sobre a liberdade de escolha dos cidadãos. Ameaças redobradamente perigosas porquanto no campo democrático, o debate é, sobretudo, travado em termos de fixação de uma hegemonia e não de convergência (vg. mais do que uma normal **medição** de forças o que o PS pede das eleições de 19 de Julho é o **apagamento** do PRD e liliputização do PCP e dos seus aliados).

2.ª — O regime democrático (e logo a sua expressão constitucional) estão submetidos a intensas pressões descaracterizadoras. No «balanlanço do regime não podem deixar de pasar negativamente: (a) as práticas governativas que do programa de Governo ao despacho ministerial tomam rumos opostos à Constituição; (b) as actividades legislativas tendentes à criação de uma espécie de supralegalidade inconstitucional **substitutiva** da Constituição (v. g. a legislação que abriu a banca e os seguros ao grande capital); (c) o crescente desenvolvimento de concepções (que se manifestam no próprio campo democrático) segundo as quais haveria na Constituição partes «vivas» partes «mortas» e mesmo partes «espúrias» que conduz a perigosas destrinças sobre o sentido vinculativo das regras normativas do Estado de direito democrático-constitucional (e, no limite, pode originar uma verdadeira dissolução da Constituição, substituída, passo a passo, por conversões e arranjos, inviavemente pactuados entre empresários políticos e políticos empresários). Com razão se perguntará se 13 anos após o 25 de Abril não estaremos «a caminho do Estado constitucional informal» (como agudamente prescrutou Joaquim Gomes Canotilho — «O Diário», 25-IV-87).

Sendo este o contexto obrigatório em que haverá que pensar «o mutável e o permanente» no regime, ocorre uma **segunda reflexão**. Sobre o regresso ostensivo à primeira fila da cena política (por vezes de modo violento a sobressaltante) dos reflexos e padrões políticos, ideológicos e culturais que ocuparam, de forma monolítica e bloqueadora, o sistema político durante meio século. Ironicamente, os que assim regressam abandonaram já todo o luto e qualquer culpa. E verdadeiramente não trazem proposta que não apodem de moderna. Num prodigioso **looping**, o conservadorismo mais impante hastala todas as manhãs a bandeira da «novidade» e flagela a Constituição como velha, como símbolo e causa de todos os males, negando-lhe qualquer dimensão de **permanência**. Simultaneamente, estão erigidas em paradigmas de invocação algumas das mais estafadas fórmulas de denominação económica e social (incluindo o acclonarato operário, as modalidades corporativizantes de participação dos trabalhadores na vida empresarial, velhos esquamas de domesticação das organizações de trabalhadores). A reflexão sobre o conteúdo e modernidade do regime nascido do 25 de Abril faz-se, pois, num quadro turbado pelos esforços de ajuste de contas com a revolução. A isto há que somar, porém, outra típica «flor do mal»: a apologia do **apolitismo** junto de múltiplas camadas sociais, a redifusão (pela direita) de posturas e concepções que jogam na pestificação da política (um dos eixos e um dos piores legados do regime fascista). Sulleito a um duplo desafio (de um ajuste de contas por parte de quem nunca se resignou à derrota em alheamanto inédito de cidadãos amputados dos frutos benéficos do regime de Abril) o campo democrático trava hoje a sua mais difícil batalha renovadora. Por mim, não vejo razões para carpir aquilo a que Eduardo Lourenço chamou «deterioração contínua do sonho revolucionário» (o «Jornal», 30-IV-87). Mas há sem dúvida que compreender o que se passou nestes 13 anos, o que se perdeu, o que se ganhou, o que foi e o que ficou. Se é que há: como quer Lourenço um «lado museu Grévim da gesta do 25 de Abril», a visita a esse lado da gesta só pode deprimir e sugestionar quem cerre olhos e ouvidos à gesta viva que à nosso volta se vai tecendo. Mas: **que devemos tecer?**

COLÓQUIOS — CONTINUAÇÃO

2 — A pergunta central que assim se suscita é, afinal, esta: quais os caminhos da modernidade em Portugal? Identificam-se ou divergem dos constitucionalmente plasmados? O Estado de direito democrático-constitucional deve obedecer à matriz impressa pelo 25 de Abril? Ou está desactualizada?

Por mim entendo que o percurso essencial da nossa modernidade está inscrito na Constituição de 1976, síntese de complexos compromissos, cuja execução será fonte de estabilização, permitindo equilibrar forças contraditórias cuja tensão laceradora, a acentuar-se, poderia suscitar na sociedade portuguesa extraordinárias convulsões. Não tendo sofrido alteração essencial a realidade histórica que motivou o compromisso constitucional, haverá que incentivar a revalorização dessas causas e reler, a essa luz, a **Constituição** por forma a excluir as concepções tendentes à sua substituição e conversão em factor de divisão. Por onde passam então os caminhos da renovação?

— Em primeiro lugar pelo ajuste de contas com os velhos e novos arautos da Constituição de 1933.

Derrubada a Constituição da contra-revolução estão por aplicar largos segmentos da Constituição do 25 de Abril. Ora, antes que o passado ajuste contas com o 25 de Abril há que ajustar contas com o passado. Importará, para isso, precisar as causas do nosso atraso e **revalorizar** as opções tomadas em 1976 quanto aos rumos da renovação (em particular os respeitantes ao cunho anti-monopolista do regime).

— Por outro lado, haverá que imprimir uma invenção de curso à vida política portuguesa por forma a que o funcionamento do sistema político passe a obedecer a regras constitucionais elementares. Certas proposições até hoje inaplicáveis entre nós (vg. «um partido de esquerda prática uma política de esquerda», «um partido de direita minoritário não governa» «uma maioria parlamentar democrática origina um Governo democrático», etc.) têm de passar a ser realidade.

— Finalmente, na releitura das opções constitucionais caberá revalorizar as respeitantes à independência nacional. É facto que o peso das pressões exteriores nos processos de decisão internos aumentou consideravelmente. Para além dos factores de dependência (económica, militar, cultural, política) em relação aos EUA, a adesão à CEE acarretou factores suplementares de construção, reforçou tendências e padrões exaltados pelo restraviacionismo. Na idolatria do passaporte europeu não projectam certos sectores senão a ânsia de acelerar a transposição para Portugal de velhos padrões de dominação política e social. Que tal seja decidido em Bruxelas, apenas lhes parece mais confortável. Uma «modernidade dependente»? Parece mais moderna (e portuguesa) a modernidade independente para que a Constituição aponta.

Quer isto dizer que a Constituição é imutável? Seguramente não. É sempre alargável a protecção constitucional dos direitos dos cidadãos, sempre aperfeiçoáveis os contornos dos poderes dos órgãos de soberania (limando-se arestas nas zonas «cinzentas» ou de sobreposição), sempre possível a criação de novos mecanismos de expressão política e social. Não é desse mais constitucional que depende, porém a resolução dos grandes problemas nacionais...

3 — Coise bem diferente julgará quem ouvir nestes dias o grito medonho das centrais patronais e dos partidos de direita. Dir-se-la que a revisão constitucional é o alfa e o omega. Acampanha contra a Constituição atinge uma frenética **dimensão total.** O que é legítima a pergunta: como vai ser a próxima revisão constitucional? Tudo depende da evolução do sistema partidário, isto é, do desfecho da tentativa de controlo total do sistema político do PSD, da redefinição do PS da fixação do PRD, da reponderação do PCP e seus aliados. Só na madrugada de 19 de Julho estarão traçadas as linhas da resposta. Suscitada.

Mas é possível conjecturar riscos.

Um comentarista de direita adiantava há dias o seguinte quadro de condições para uma revisão vasta e profunda: «1.ª) que uma maioria parlamentar absoluta de direita passe a dominar a AR; 2.ª) que nessa maioria a coerência interna e a estabilidade prevaiaçam sobre negociação pontual e à diversidade e interesse eventualmente conflituantes; 3.ª) que o PS não seja de tal forma derrotado nas eleições que se radicalize quanto ao ajustamento da revisão constitucional; 4.ª) que o PRD não se mantenha tão forte, contrastando com um PS débil, que as negociações para a maioria de 2/3 da revisão constitucional tenham de ser feitas a quatro, ou porque (hipótese pouco plausível) os quatro partidos (PSD, CDS, PS e PRD) são indispensáveis a tal maioria, ou porque (hipótese menos lógica) o PS se sentirá pressionado pela proximidade percentual do PRD e acentuará os seus reflexos condicionados de esquerda anti-revisão do regime económico; «em síntese, o ideal seria, em estritos termos de revisão constitucional, um PSD maioritário (ou em segunda linha um PSD e um CDS maioritários e consensuais), um PS nos 30% e um PRD bem abaixo dos 10%. (M. Rebelo de Sousa, Semanário 9.5.87).

Dificilmente se imaginará maior simplificação (desde logo nas conjecturas sobre o desfecho de 19 de Julho). Dependendo de maiorias qualificadas (2/3) qualquer processo de revisão reveste enorme complexidade política e tenderá e ser globalizado. Acresce que a contrário de 1982 (em que se tratava de pôr termo a um período entendido como de transição, na organização do poder político), em 1987 estarão em jogo dimensões em que a manterem-se os partidos democráticos fiéis às opções constitucionais básicas qualquer maioria de 2/3 só poderá ser obtida em torno de soluções distantes das propostas pela CIP, CAP, CCP e pelo PSD e CDS.

O processo não é porém isento de riscos:

1.º — Risco de desvio de finalidade com o uso da revisão constitucional como arma de pressão pelos partidos de direita no sentido de influenciar os rumos da vida política, impulsionando leis inconstitucionais, ou de revisão encapotada e pressionando o PS sobre um eixo de direita.

2.º — Risco de polarização perversa — um polo da r/c já era e será o PSD. Mas o **outro polo** será tricéfalo (PS/PCP/PRD) ou bicéfalo? ou mocolor? Eis o que só se saberá depois de 19 de Julho, sendo essencial, porém, que o diálogo constitucional não seja protagonizado apenas pelo PS/PSD, o que por certo prefiguraria o perigo de um pacto perverso (associado ou não à revisão da Lei Eleitoral).

3.º — Risco de alterações negativas — dependerá dos resultados eleitorais, podendo traduzir-se em: (a) constitucionalizações ex post de legislação contrária à CRP (v. Código de Processo Penal; (b) desconstitucionalização de domínios hoje regulados pela CRP (v. na área económica, remetendo-as para lei ordinária eventualmente sujeita e aprovação por maioria qualificada); (c) revisão do artigo 290.º; (d) supressão de disposições qualificadas como «ideológicas; (e) inclusão de cláusulas de supremacia de direito da CEE.

Por tudo isto não se exagerá afirmando que em 19 de Julho se decidirá sobre «o permanente e o mutável» na Constituição. E sem excluir mutações positivas só a vitória democrática significará a permanência e a estabilidade do regime democrático.

JOSÉ MAGALHÃES

Intervenção do Dr. António Reis:

Resumo da intervenção de António Reis:

A crise política que assolou o regime ditatorial nos seus últimos anos de vida foi o reflexo da acentuação de um conjunto de contradições sociais e económicas, do seu isolamento cultural e ideológico e da sua solidão internacional — factores estes dramaticamente potenciados pelo fenómeno insustentável e anacrónico de guerra colonial.

Foi a terceira e mais grave das crises do regime. A primeira no imediato pós-2.ª Guerra foi atenuada e ultrapassada com o clima de guerra fria que entretanto passou a dominar as relações entre o Leste e o Oeste. A segunda, entre 1958 e 1962, com a campanha do General Delgado e as movimentações subsequentes, foi abafada graças à utilização do início da guerra colonial como factor de unificação das hostes do regime e de legitimação do agravamento da repressão. A guerra, porém, fatalmente viria a funcionar como despoletadora da terceira e decisiva crise. Entretanto, os fenómenos de industrialização, com a proletarização inerente, do relativo alargamento do sistema escolar, do fim de autarcia económica da implantação da televisão, que, apesar

(Continua na pág. 10)

COLÓQUIOS — CONTINUAÇÃO

Intervenção do Dr. António Reis (continuação)

de ideologicamente controlada, não deixava de ser uma janela aberta para o mundo, a par da renovação ideológica da esquerda, do reforço do catolicismo progressista na sende do Vaticano II, da propagação dos novos valores e mentalidades dos anos sessente, foram criando as condições objectivas para a morte de um regime cada vez mais desfasado no tempo, incapaz de acompanhar as mutações em curso e de gerar no seu selo uma alternativa credível. O marcelismo não conseguiu ser mais do que «um salazarismo disfarçado que rapidamente se tornou salazarismo desorientado», na síntese feliz de Sottomayor Cardia.

Com efeito, a guerra colonial acabou por impedir uma evolução liberalizadora e controlada, à espanhola, acabando antes por «conduzir o regime ao seu suicídio político, pois é abatido pelo seu próprio braço armado, e despoletando um processo revolucionário, cujas contradições foram a consequência directa do modo *sui generis* como se deu a queda da ditadura.

É, de facto, em torno da convicção generalizada da urgência de preparar a paz e buscar uma solução política, de que Caetano já abdicara, que se constrói a grande plataforma comum mobilizadora da acção dos militares empenhados no 25 de Abril. Convicção esta que conduz a um segundo plano de convergência: a necessidade de afastar do poder uma classe dirigente manifestamente incapaz de preparar essa solução política que exigia um amplo debate nacional e a consequente democratização das instituições. A recusa da guerra e a recusa duma classe dirigente incapaz eram tão só meros pontos de partida comuns para uma multiplicidade de caminhos forçosamente orientados para variadíssimos pontos de chegada, tanto quanto às saídas para a guerra como quanto ao sistema institucional e ao modelo de sociedade a criar em alternativa. Caminhos estes e percorrer de acordo com as novas relações de força que o derrube do regime autoritário permite criar no seio da sociedade civil e de imediato se vêm a reflectir no interior da instituição militar.

ANTÓNIO REIS

Intervenção do Dr. Eduardo Pedroso:

Originalidade e Modernidade da Constituição de Abril

1

Durante anos se comemorou o aniversário da Constituição de Abril. Era o «2 de Abril».

Chegou-se a ter alguma ilusão de que a lei fundamental se consolidasse como um símbolo comum dos Portugueses.

Infelizmente, grupos sociais e políticos interessados em restaurar estruturas económicas que a Revolução havia desmantelado, elegeram a constituição como alvo táctico, procurando impor a ideia de que, ao invés de um símbolo comum, não passa de um factor de divisão dos Portugueses.

A defesa teórica da Constituição, a partir do momento em que tais ataques se desenvolveram, não tem sido muito activa.

É por isso tão importante que haja oportunidades de reflectir sobre o seu significado num contexto de modernidade em Democracia.

2

Antes de mais convirá dizer que é limitativo reduzir a questão constitucional à mera dimensão jurídica, quando as vertentes política e social são afinal a sua razão de ser.

A dicotomia proposta — o permanente e o mutável — é paradoxal, pois o que na Constituição se sente permanente é a sua proposta de mudança e não qualquer conservadorismo, enquanto o que por vezes se pretende nela como mutável poderá envolver o seu retrocesso a um mero quadro formal que abandone o projecto de futuro e permita a rasteuração da «liberdade para o poder económico».

A Constituição está intimamente ligada ao «verdadeiro 25 de Abril» — um projecto de democracia real, isto é, económica, social e cultural, cuja construção se propõe num quadro jamais alienável de democracia formal e de liberdade.

É por isso não só a expressão normativa de um grande compromisso nacional, que a Revolução de Abril desencadeou, como o sinal exterior de sentimentos populares que não têm encontrado válida representação na vida pública, dominada por ataques ao statu quo post-revolucionário e pela inevitável defesa que, em áreas muito responsáveis da vida política nacional, tem muites vezes sido ou ambígua ou irrealista.

3

Cabe aqui iembrar que a doutrina distingue o poder constituinte do poder de reversão constitucional e que a nossa Constituição — elaborada no exercício de um poder constituinte — apenas concede aos órgãos de soberania instituídos poderes de revisão constitucional.

Isto quer dizer que, quando se pretende pôr em causa a Constituição para além da sua própria revisão nos termos que ela prevê, se está a propor uma nova situação de ruptura cuja pretensa legitimidade será sempre extra-constitucional.

4

É do senso comum que a Constituição, como qualquer lei, é um texto formal cuja expressão na vida varia de acordo com as realidades — o contexto de quem a fez ou deve fazer cumprir, as circunstâncias conjunturais, etc..

A nossa Constituição é um edifício complexo e problemático, que concebe um projecto que é obviamente contestável pelos sectores da sociedade que se sentem atingidos negativamente, e estabelece limitações formais e materiais à sua revisão.

Ora quando esses sectores dominam o poder político — e é o caso actual — por um lado escolhem a Constituição como alvo dos seus ataques e por outro procuram evadir-se ao seu cumprimento.

É assim que a Constituição se transforma em trincheira de defesa do Portugal de Abril, pois o poder político dominante hesita naturalmente na sua destruição directa, que evidenciaria uma contradição com o seu próprio discurso de liberdade e Estado de Direito.

5

Uma das acusações à Constituição é a de que é «ideológica» por conter um projecto de sociedade.

No entanto, é óbvio que a alternativa que tais «acusadores» propoem — o mero quadro de funcionamento do poder político — é igualmente ideológica, mas de sinal contrário, pois se destina a dar ao poder político a liberdade de realizar o «outro projecto de sociedade que, perpetuando-se, não precisará de consagração constitucional ostensiva.

A proposta da nossa Constituição é, na sua essência e originalidade, um projecto de modernidade pois, como se disse, à dinâmica da democracia real, tomando partido pelo lado do oprimido contra o opressor — e este é um sinal claro do pensamento e da realidade social a que se chama esquerda — associe o rigor da democracia formal, liberdade, pluralismo político e direitos humanos.

Enquanto a primeira é um projecto de transformação, a segunda é imediata, é quadro imprescindível para essa transformação.

Nesse binómio — porventura único — assenta o conceito constitucional de Estado de Direito Democrático.

6

Duas curtas observações finais:

— No período pré-constitucional prevaleceu um acento tónico na democracia real que se pretendia, mas suscitaram-se receios de uma evolução que inviabilizasse um Estado de Direito e de liberdade.

Seria patriótica a aliança de ambas as vertentes de Abril contra as pulsões da restauração.

Em vez disso gerou-se uma divisão cujos efeitos ainda ocorrem.

A questão que se põe é simples — seria lógico que a Democracia de Abril e a sua Constituição assentassem num grande bloco social e político, identificado na defesa dos valores essenciais.

(Continua na pág. 15)

COMEMORAÇÕES DO XIII ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL DE 1974

DELEGAÇÃO NORTE:

No âmbito das comemorações do 13.º aniversário do 25ABR74 a Delegação Regional do Norte da A25A apoiou várias manifestações das quais se destacam:

1. Sessões de esclarecimento nas Escolas Preparatórias da Areosa e da Maia, sobre as quais, pelos elementos que nelas participaram, foram elaborados os respectivos relatórios, que se juntam.
2. Representação nas seguintes manifestações:
   a) Sessão solene efectuada na Sede da Junta de Freguesia de Custóias em que foi homenageado o antifascista JOAO DA SILVA CAMPELO. E sócio da A25A. Junta-se relatório.
   b) Comemorações levadas a efeito em Braga, por uma Comissão Promotora, que agregou várias Associações Populares, Sindicatos e Juntas de Freguesia, subordinadas ao tema «Relembrar Abril, Treze Anos Depois». A A25A foi representada pelo Secretário da Mesa da Assembleia Regional, que procedeu à leitura da mensagem emitida pela Direcção da Associação.
   c) Comemoração e Jantar na Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto.
   d) Enviada a mensagem, para ser lida, à Comissão Promotora das Comemorações em Guimarães e Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro no Porto.
3. Apoio ao tradicional «Jantar de Guimarães», efectuado por Oficiais do QP, que registou assinalável afluência.

A Delegação do Norte da A25A planeia levar a efeito durante os próximos meses as seguintes actividades:

a) — 11 de Maio — com a colaboração do Sindicato de Jornalistas, um jogo de futebol no Campo do Leça, pelas 18 horas, contra jornalistas da rádio, televisão e imprensa. No final haverá entrega dum prémio a um jantar de convívio.

b) — Sob o lema «a A25A vai ao Teatro» uma ida colectiva aos seguintes espectáculos:
12 de Maio — Selva-Trupe — espectáculo: O Motim.
4 de Junho — Tear — espectáculos: Mérope — Liberdade ou morta.
Em fins de Julho — Os Modestos — espectáculo: Noite da Senhora Luciana.

Obs.: Estas idas ao teatro são planeadas com a colaboração das respectivas Companias de Teatro, estando previsto no final de cada espectáculo um debate.

c) — 14 de Junho — PASSEIO NO RIO DOURO
07h30 — partida: Cais da Ribeira
08h15 — pequeno-almoço a bordo
09h15 — chegada à barragem Crestuma/Lever — subida da eclusa
12h30 — almoço no Convento de Alpendurada ou Pic-Nic a bordo
18h00 — chegada à barragem Crestuma/Lavar — descida da eclusa
19h00 — chegada ao Porto (Cais da Ribeira) e desembarque.

Preços: Viagem: adultos — 1.500$00
crianças dos 4 aos 10 anos — 750$00
Almoço no Convento + pequeno almoço a bordo: adulto — 1.500$00
crianças dos 4 aos 10 anos — 750$00
Pequeno-almoço a bordo — 250$00 (para quem não opta pelo almoço no Convento de Alpendurada)

Obs.: O almoço no Convento é facultativo, sendo, no entanto, necessário indicar no acto de inscrição.
Limite de inscrições no passeio — adultos + crianças — 190.

d) — Outubro/Novembro — Ciclo de Cinema sobre o tema «Guerra e Paz».

e) — Novembro/Dezembro — Ciclo de Conferências com escritores do Porto.

Esperando a sua presença e colaboração.

NA REGIÃO CENTRO:

Comemorações do XIII Aniversário do 25 de Abril na Região Centro

De acordo com as suas «Linhas de Acção» para o ano 1987» a Delegação Centro da A25A apoiou e integrou as Comissões Promotoras das Comemorações do XIII Aniversário do 25 de Abril em Coimbra, Figueira da Foz e Viseu e fez-se representar em comemorações idênticas realizadas em Cantanhede, Covilhã e Sela.

Simultaneamente, realizaram-se os já os tradicionais almoços-convívios dos dos Associados da Região Centro, desta vez na Figueira da Foz e em Viseu e aos quais estiveram presentes cerca de 300 sócios e apoiantes.

A orientação seguida no corrente ano visou fundamentalmente:

— Contribuir para uma maior unidade em torno das comemorações;
— Desenvolver e consolidar a implantação dos núcleos locais;
— Dar a conhecer melhor a A25A;
— Promover uma campanha de recolha de novos associados.

Podemos afirmar, sem quaisquer dúvidas, que as comemorações realizadas no corrente ano constituíram um enorme êxito. Provaram-no a grande e entusiástica adesão da população, os cerca de cinquenta novos associados inscritos na Associação, a calorosa simpatia dispensada aos seus representantes, o honroso convite formulado pela Assembleia Municipal da Figueira da Foz para a presença de um membro da Direcção na sessão solene realizada no dia 25 de Abril e os efusiantes aplausos com que em todos os locais foi sublinhada a leitura da mensagem da A25A.

Como conclusões mais significativas a reter regista-se a convicção de que o 25 de Abril continua bem vivo entre a população da Região Centro e o reconhecimento da A25A como legítima e fiel depositária do espírito e dos valores de Abril e como referencial obrigatório no Portugal democrático.

NO ALGARVE:

A C. I. reunido em 3 de Junho de 1987 no edifício da ADFA, Rua de S. Pedro, n.º 30, em Faro, fez um balanço geral sobre as Comemorações do XIII Aniversário da Revolução de Abril/74 no Algarve e apreciou, analisou e discutiu outros assuntos, cujo registo escrito se transcreve:

I

As comemorações do XIII Aniversário da Revolução de Abril de 74 foram levadas a cabo, de uma forma geral, em

(Continua na pág. 12)

COMEMORAÇÕES DO XIII ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL DE 1974

NO ALGARVE:

(Continuação da pág. 11)

todo o Algarve. A organização e dinamização coube não só à C. I. da A25A, como ainda ao trabalho conjunto desta com autarquias locais, organizações populares de raiz cultural e desportiva e ainda a grupos de democratas organizados outonomamente. Assim, foram levadas a cabo várias manifestações culturais, desportivas, recreativas e outras, nos seguintes locais em especial:

PORTIMÃO:

Através do núcleo da A25A.

LAGOS:

Através de um núcleo de democratas.

FARO:

Através da Câmara Municipal e C.I. da A25A. Nesta comemorações locais foi realçada a figura de Zeca Afonso.

OLHÃO:

Através de um núcleo de democratas.

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO:

Através de um núcleo de democratas. Nesta cidade as comemorações foram deslocadas para a freguesia de Monte Gordo onde se desenrolou um vasto programa comemorativo, com arraial, provas de atletismo e outras. Na cidade o 25 de Abril quase que foi esquecido. Todavia, foi organizado um almoço comemorativo da Revolução, por um grupo de democratas no qual esteve presente, como convidado, um membro da C. I. da A25A e em reprersentação desta. Neste almoço foi vendido algum material da A25A para recolha de fundos e foi doada ao elemento da C. I. presente, a quantia de esc. 8880$00, fruto da colecta voluntária entre todos os presentes.

O maior volume de actividades teve lugar em Faro, onde as Comemorações foram organizadas pela C. I. da A25A e a Câmara Municipal, em conjunto. As Comemorações do XIII Aniversário da Revolução de Abril de 74 tiveram em Faro, pontos bastante altos e foram no seu conjunto muito superiores às do ano transacto.

No decorrer dos trabalhos preparatórios teve a C. I. várias reuniões com organizações populares e concelhias. O maior número dessas reuniões foram levadas a cabo no Círculo Cultural do Algarve que nos cedeu uma sala para esse efeito. O contributo dado por essas organizações para a elaboração final do programa foi relevante e a elas ficamos a dever grande parte do sucesso obtido nas Comemorações do XIII Aniversário de Abril.

Mas, temos também a certeza que não conseguimos ainda corresponder aos anseios das populações, por incapacidade nossa. Isto é um ponto importante de reflexão para todos nós: C. I., Associados e em especial a Direcção da A25A.

Ressaltamos ainda, o apoio dado pelas rádios locais, nomeadamente Rádio ASA, Santa Maria e RCS e ainda pela RDP/Sul (rádio oficial), que nos facultaram entrevistas sobre as comemorações em questão e sobre a A25A, como é óbvio.

Ressaltamos ainda o gesto tido por alguns democratas e grupos de democratas algarvios que, organizados em vários locais de relevo, fizeram questão da presença da A25A nas suas manifestações comemorativas do XIII Aniversário da Revolução de Abril, através da presença de um dos elementos da C. I. da A25A.

Assim, a A25A esteve representada em Lagos, Portimão, Faro, Olhão e Vila Real de Santo António.

Todos estes factos nos dão a certeza de que a A25A «já mexe» no Algarve;

Integrado nas Comemorações da Revolução de Abril, foi organizado e levado a cabo um jantar comemorativo num restaurante desta cidade de Faro, previamente divulgado, por carta, a todos os Sócios. Reconhecemos que a presença militar e portanto, de sócios, foi bastante fraca, facto que nos entristece e nos faz reflectir. Também aqui concluímos que é necessário um grande esforço organizativo, pois a desmobilização dos militares em torno da A25A é um assunto que carece de atenção especial e urgente.

No conjunto, as Comemorações do XIII Aniversário de Abril no Algarve podem resumir-se da seguinte forma:

1.º — Maior participação popular;
2.º — Maior volume de actividades e de manifestações mais variadas;
3.º — Maior divulgação e maior adesão à A25A;
4.º — Obtenção de alguns sócios apoiantes;
5.º — Fraca participação de sócios efectivos.

EM VISEU:

Comemorações do XIII Aniversário do 25 de Abril em Viseu

Pelo terceiro ano consecutivo e ganhando já foros de arreigada tradição, foram levadas a efeito em Viseu, no passado dia 25 de Abril, as comemorações alusivas à gloriosa data do acto militar que tornou possível a «Revolução dos Cravos».

Com a criação, em boa hora, das Delegações e Núcleos Regionais e em resultado de deliberação acordada na Assembleia Geral da Delegação do Centro, no sentido de uma maior descentralização a nível local, o Núcleo de Viseu da A25A procurou e assumiu um maior empenhamento no conjunto das realizações promovidas naquela cidade beirã e que se traduziu nos seguintes aspectos mais marcantes:

— Integração da Comissão Coordenadora das Comemorações Unitárias;
— Oferta do troféu relativo ao 1.º prémio do «IV Grande Prémio 25 de Abril em Atletismo», com a inscrição «Taça Associação 25 de Abril»;
— Realização, a exclusivo cargo do Núcleo, com a colaboração de um grupo de sócios apoiantes, do Jantar Comemorativo.

Se todos os actos integrantes do conjunto das comemorações decorreram com elevado brilhantismo e assinalável adesão, é de realçar o caso específico do Jantar-Convívio que ultrapassou, em muito, todas as expectativas mais optimistas. Realizado nas instalações da Escola Secundária Viriato, gentilmente cedidas pela respectiva Comissão Directiva, reuniu em animado e frutuoso convívio cerca de 270 pessoas, cerca de mais 100 relativamente ao ano passado, havendo que assinalar o significativo número de militares no activo, nomeadamente sargentos.

Para enriquecer o entusiasmo e a mística desta reunião democrática, foi determinante a prestimosa e graciosa colaboração de José Fanha, de Manuel Freire e do Grupo Folclórico da Escola Secundária Alves Martins, para os quais deixamos aqui o nosso profundo e caloroso agradecimento. Justa será, também, uma palavra de agradecimento para a disponibilidade e incansável empenhamento do grupo de consócios que mais directamente colaboraram com o Núcleo de Vi-

(Continua na pág. 14)

COMEMORAÇÕES DO 25 ABRIL

CONVITES À A25A PARA COMEMORAÇÕES:

Junta de Freguesia da Baixa da Banheira
Câmara Municipal de Alpiarça
Associação de Deficientes das Forças Armadas
Associação de Emigrantes de Amesterdão
Solstício Cooperativa Agrícola C R L de Alfândega da Fé
Câmara Municipal de Alcochete
Câmara Municipal de Santarém
Junta de Freguesia de S. Domingos (Santiago do Cacém)
Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos
Comissão Promotora das Comemorações em Seia
Comissão Sindical dos Trabalhadores da Câmara Municipal da Amadora
Comissão Comemorativa da Escola Preparatória e Secundária de Aranguez em Setúbal
Associação para a Promoção Cultural da Criança em Fronteira
Câmara Municipal de Peniche
Junta de Freguesia de Vialonga
Grupo Desportivo Adicense em Lisboa
Junta de Freguesia de Alhandra
Democratas da Freguesia de Alvalade — Lisboa
Comissão Unitária de Reformados da Apelação — Lisboa
U.P.P.S.S. Associação de Reformados — Lisboa
Câmara Municipal de Almada
Junta de Freguesia de Alcântara
Câmara Municipal de Ponte de Sôr
Comissão Promotora das Comemorações Populares do 25 de Abril no Montijo
Câmara Municipal de Alpiarça
Comissão de Trabalhadores da Setenave — Setúbal
Comissão Executiva das Comemorações do 25 de Abril na Covilhã
Coopcar Cooperativa de Consumo do Cartaxo
Câmra Municipl de Mora
Fundição de Oeiras
Associação de Emigrandes na Bélgica
Comissão de Democratas da Freguesia de Cascais
Comissão Comemorativa nas Comemorações do 25 de Abril em Vila do Conde
Comissão Organizadora da Câmara Municipal de Faro
Siderurgia Nacional Maia — Porto
Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril em Braga
Comissão da Unidade de Trabalhdores da Mague — Alverca
Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril em Guimarães
Grupo Defesa do Meio Ambiente de Cordelo do Douro
Centro Cultural e Desporo da Caixa Nacional de Pensões — Lisboa
Comissão de Trabalhadores da Stander Eléctrica — Lisboa
Junta de Freguesia de S. Sebastião — Lisboa
unta de Freguesia de S. Sebastião — Setúbal
Câmara Municipal de Sesimbra
Cânara Municipal de Mértola
Câmara Municipal de Beja
Comissão de Paz do Conselho do Barreiro
Comissão Comemorativa do 25 de Abril da Freguesia do Lumiar — Lisboa
Junta de Freguesia da Ameixoeira — Lisboa
O.R.T.'s Mague-U2 — Setúbal
Sorefame — Amora
Petrogal — Lisboa
Casa de Convivio de Reguengos de Monsaraz
Sargentos dos Três Ramos das Forças Armadas
Câmara Municipal de Santiago do Cacém
Estrutura Sindical da Caixa Geral de Depósitos — Lisboa
Câmara Municipal de Alcanena
Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril na Guarda
Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local — Lisboa
Sociedade de Instrução e Beneficiência «A Voz do Operário»
Associação de Trabalhadores do Laboratório Nacional de Engenharia Civil
Comissão Organizadora do 25 de Abril do Entreposto dos Olivais
Comissão dos Trabalhadores da R.T.P.
Associação de Estudantes da Escola Secundária da Damaia
Clube de Sargentos da Armada
Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas
Comissão de Reformados de Arroios
Comissão de Moradores Alto da Parede e B.º Alentejano, Parede
Escola Preparatória da Baixa da Banheira
Câmara Municipal de Palmela
Associação de Estudsntes da Escola Secundária de António Arroios — Lisboa
Junta de Freguesia da Pontinha
Escola Secundária n.º 1 de Loures e Câmara Municipal de Loures
Junta de Freguesia de Marvila
Câmara Municipal do Seixal
SITAVA — Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos — Lisboa
Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril em V. N. de Famalicão
Comissão de Trabalhadores da TAP-AIR Portugal — Lisboa
Escola Secundária Josefa de Obidos
Clube de Praças da Armada

NOTICIÁRIO

Informações sem comentários

A A25A viu indeferido um pedido de subsídio pelo Ministério da Educação e Cultura, para a publicação de um livro oferecido à A25A pelo seu Apoiante Manuel de Sousa Ventura.

Por outro lado, transcreve-se um artigo publicado no «Diário da República», II Série n.º 147 de 30-6-1987:

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Em cumprimento do determinado nas Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 10/86 e 35/86, respectivamente de 9 de Janeiro e de 10 de Abril, publica-se a lista dos subsídios concedidos pelos diversos Ministérios, no mês de Maio de 1987:

2 — MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

2.1. — Gabinete do Ministro da Defesa Nacional

Associação de Especialistas da Força Aérea	1.000.000$00
Associação de Comandos	11.000.000$00
Sociedade de Geografia de Lisboa	500.000$00
Lar dos Filhos dos Combatentes	1.500.000$00
Revista Militar	400.000$00
Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar	1.800.000$00
Comissão Portuguesa do Atlântico	4.200.000$00

NOTICIÁRIO

Transcrição do relatório da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sobre o caso da proibição de a Associação 25 de Abril utilizar a Biblioteca Nacional para a realização dos colóquios referido noutras páginas deste REFERENCIAL

A Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias tomou conhecimento de uma queixa que lhe foi apresentada pela «Associação 25 de Abril», decorrente da recusa por parte do Director da Biblioteca Nacional da utilização de instalações deste organismo públicopara a realização de uma série de colóquios alusivos às comemorações do 25 de Abril. A referida recusa fundamentou-se em alegada natureza política da iniciativa, circunstância considerada razão bastante para indeferir o acesso a instalações disponíveis para actos públicos, na Biblioteca Nacional.

A Comissão ouviu o Director da Biblioteca Nacional do qual obteve, no essencial, a confirmação da razão referida como determinante da recusa e a justificação do acto como de mera rotina administrativa, fundada em simples praxe.

Ocorre que a «Associação 25 de Abril» se autodefine como possuindo natureza cívica e não política, sem excluir eventuais incidências políticas das suas iniciativas que há conhecimento de realizações efectuadas nas instalações da Biblioteca Nacional por associações de natureza similar, como por exemplo, os Centros Republicano; que ai promoveram um ciclo dedicado à 1.ª República; e que igualmente se sabe que, pelo menos, um partido político foi recentemente autorizado (ainda que por lapso, segundo afirma o Director da Biblioteca Nacional) a realizar no anfiteatro da Biblioteca iniciativa própria de carácter público.

Em face do exposto, a Comissão deliberou dar ao Plenário conhecimento da seguinte posição:

Entende a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdade e Garantias, por maioria, que a recusa por parte do Director da Biblioteca Nacional de facultar à «Associação 25 de Abril» o acesso às instalações da Biblioteca que representa, em face das razões justificativas do acto praticado sem qualquer fundamento de legalidade administrativa, uma dupla discriminação, violadora do princípio constitucional da igualdade de tratamento.

Discriminação, em primeiro lugar, porque se nega à «Associação 25 de Abril» o que a outras entidades, com idêntica natureza, já se autorizou; discriminação, em segundo lugar, na medida em que os fundamentos da recusa — a natureza supostamente política da Associação — traduzem uma concepção de Administração Pública na tradição do Estado autoritário, refractário à liberdade de iniciativa política que, em qualquer sociedade livre, concorre de modo essencial para a formação da opinião pública, é expressão do direito dos cidadãos à participação na vida pública e, como tal, não deve viver à margem do Estado ou de costas voltadas contra ele.

Para que a política se não volte contra o Estado, os seus órgãos ou o seus agentes não devem, não podem, voltar-se contra a iniciativa política.

Admitir que um organismo público, com a natureza da Biblioteca Nacional, possa facultar as suas instalações a organismos de qualsquer natureza à excepção dos que possuam carácter político, subjectivamente avaliável, é arbítrio intolerável à luz do princípio da igualdade, é uma denegação de civismo e de cultura, um acto incompatível com o próprio espírito de liberdade e convivência democrática e pluralista, advido com o 25 de Abri de 1974.

Por isso, e para que casos semelhantes não voltem a ocorrer, a Comissão entende, por unanimidade, ser de toda a conveniência que todos os órgãos da Administração Pública sejam, com a maior urgência, dotados de orientações genéricas, definindo um regime não discriminatório negativo de utilização das instalações públicas, nomeadamente com invocação da natureza política ou ideológica do uso solicitado.

Assim o exige o disposto no n.º 2 do artigo 13.º da Constituição, aplicável directamente em termos que vinculam as entidades públicas privadas, por força do artigo 18.º.

Palácio de São Bento, em 23 de Abril 1987.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO
(António de Almeida Santos)

O RELATOR
(Jorge Lacão)

INFORMAÇÃO

1. A A25A tinha obtido autorização oficial para a colocação de quatro telefones militares nos instalações que ocupava no Forte do Bom Sucesso.

2. Quando da saída do referido Forte, foi-nos deferido o pedido para a instalação de dois telefones nas novas instalações.

3. Em Abril de 1987, foi-nos comunicado pelo sargento responsável da estação de Belém do STM, que nos ia desligar imediatamente o telefone, porque recebera instruções para esse efeito.

4. Procurando esclarecer, superiormente, das razões de tal procedimento — recorde-se que existia um despacho do CEME que nos concedia os telefones — soube-se que a razão assentava na decisão de retirar os telefones dos orgonismos não militares.

5. Não comentando o maneira como a A25A tomou conhecimento do anulação do despacho, sugere-se a consulta da lista militar onde se verifica a existência de telefones militares em alguns organismos não militares, nomeadamente:

Pág. 21 — Cooperativa Militar
Pág. 74 — Ligo dos Combatentes
Pág. 104 — Associoção dos Deficientes das Forças Armadas
Pág. 126 — Liga dos Combatentes

EM VISEU:

(Continuação da pág. 12)

seu da A25A, com especial destaque para o Presidente da Comissão Directiva da Escola Secundária Viriato, dr. Rui Santos.

Para o ano, assim o esperamos, será melhor.

ASSEMBLEIA GERAL

(Continuação da pág. 3)

— Aocionar junto de todos os departamentos ministeriais e pedido de verbas destinadas a apoiar a actividade da Associação;

— Indagar junto do Ministério da Defesa Nacional das condições necessárias à fomalização do pedido, dado que é redundante a circunstância de os propósitos e objectivos da Associação Vinte e Cinco de Abril, se enquadram nos objectivos mais latos de utilidade e interesse nacionais.»

FOLHA DESPORTIVA

Vai a A25A fomentar a participação dos seus associados em actividades desportivas, através da organização de alguns torneios internos (ténis, pesca desportiva, etc.) e da formação de equipas para competir em provas levadas a efeito por outras entidades (atletismo, futebol de salão, etc.).

— A falta de meios, nomeadamente de infra-estruturas adequadas, levarão certamente a uma limitação do muito que neste domínio poderia ter feito, mas acima de tudo, o que neste momento se impõe é arrancar e possibilitar um maior convívio, entre os associados da A25A e uma maior ligação a esta.

— Está já em marcha a realização de um torneio de ténis em Setembro/Outubro. Prevê-se ainda para esta data o início da participação em provas de atletismo e futebol de salão tudo dependendo, no entanto, da adesão que houver a estas iniciativas.

— Necessita a A25A de avisar os associados que queiram dar corpo a estas iniciativas, pelo que se solicita a devolução do inquérito anexo ou a comunicação directa à sede da A25A das modalidades em que se pretenda participar, para além de possíveis subsídios que serão sempre bem vindos.

INQUÉRITO DESPORTIVO:

SÓCIO / APOIANTE N.º .....
(Riscar o que não interessa)

NOME: .....

.....

MODALIDADES DESPORTIVAS

A PRATICAR: .....

.....

.....

.....

SUGESTÕES:

.....

.....

.....

EDITORIAL

(Continuação da pág. 1)

um ideal, que nunca lutaram pela dignificação do seu semelhante, que nunca se empenharam nos momentos difíceis da História recente da Pátria, por complexo de culpa ou de inferioridade mais do que por razões de qualquer outra ordem, ataquem os que fazem da liberdade o seu lema, da dignidade a sua forma de estar na vida, e, da fraternidade o seu princípio de conduta social.

A A25A não aceita nem compreende que no Portugal democrático alguém possa ser prejudicado por dar vivas à democracia!

Os responsáveis pelas Forças Armadas têm a obrigação ética e constitucional de garantir que na instituição militar se proceda com total isenção à apreciação dos actos dos que perfilham e praticam a pluralidade de opiniões e a convivência fraterna entre cidadãos, fardados e à paisana, como a via segura e mais humana para atingir níveis de bem estar, indiduais e colectivos, cada vez mais elevados.

Se procederem doutra forma, as chefias militares assumem a grave responsabilidade histórica de pactuarem com a progressiva deterioção da indispensável identidade entre as Forças Armadas e o Povo, a que devem fidelidade, com o fomento de tensões sempre prejudiciais ao desenvolvimento harmónico da governação, com a quebra de prestígio dos militares aos olhos da população, enfim, com o enfraquecimento da capacidade nacional de defesa.

Estão ainda bem vivos na memória de muitos, os pesados custos para o povo português e para o bom nome de Portugal, da intolerância social e política, dos seguidismos acrítico e da obediência cega, nomeadamente no interior das Forças Armadas.

Por isso, a A25A considera que as atitudes persecutórias e discriminatórias contra os militares de Abril, constituem uma ofensa à democracia e um mau serviço às Forças Armadas.

COLÓQUIOS

Intervenção do Dr. Eduardo Pedrozo

(Continuação da pág. 10)

Enquanto tal não aconteça, esses valores essenciais de Abril estarão permanentemente em perigo.

— A segunda observação prende-se com a lei da revisão constitucional.

É a questão é — sendo a revisão um processo vinculado a regras formais e a limites materiais, é concebível uma lei de revisão que seja inconstitucional, por violar esse quadro normativo.

Como não está prevista a fiscalização dessa inconstitucionalidade e o Presidente da República não pode vetar a lei, um texto violador causará sempre uma crise constitucional, isto é, quer aja ou não a sua promulgação.

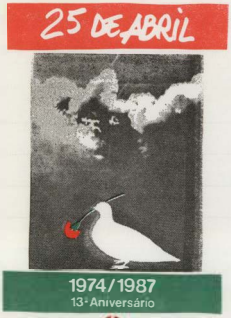
Um problema que só se resolverá se a própria Constituição o vier a resolver preventivamente, em sede de revisão.

EDUARDO PEDROZO

ÚLTIMA PÁGINA

CAMPANHA DE FUNDOS

CARTAZ e AUTOCOLANTE



DISCO

PREÇOS PARA SÓCIOS!...

— ★ —

MEDALHA :

SERIGRAFIAS :

Do Prof. JORGE PINHEIRO (cada)	4 000$00
De GUILHERME CASQUILHO (Colecção de 3)	10 000$00
CADA EXEMPLAR	4 000$00

QUOTAS :

ACTUALIZE AS QUOTAS. A VIDA DA A25A DEPENDE DAS QUOTAS DOS SEUS SÓCIOS E APOIANTES

MATERIAIS PARA VENDA

Existem, para venda, na Associação 25 de Abril, os seguintes artigos:

* Medalha da Associação 25 de Abril	500$00
* Medalha Comemorativa do X Aniversário do 25 de Abril	500$00
* Miniatura da Medalha Comemorativa do X Aniversário	100$00
* Medalha do VIII Aniversário do 25 de Abril	500$00
* Medalha do IX Aniversário do 25 de Abril	500$00
* Emblema da Associação 25 de Abril	50$00
* Emblemas vários do MFA	50$00 /100$00
* Cartazes das Comemorações do X aniversário do 25 de Abril	100$00
* Cartazes da Associação 25 de Abril	30$00
* Serigrafias	4 000$00
* Postais de Serigrafia	25$00
* Estatutos	30$00
* Porta-chaves	150$00
* Canetas	125$00
* Livros do 1.º Seminário «25 de Abril - 10 anos depois» (sócios e apoiantes)	650$00
(particulares)	950$00
* Cinzeiros	150$00
* Escudetes	500$00
* Memórias da G. Colonial N.º 1 Cruz de Guerra	300$00
N.º 2 Carne para Canhão	300$00
* Documentos — Resenha Bibliográfica sobre a guerra colonial e a Revolução Portuguesa (1961-1982) cada	100$00
* Decalcomania para aplicação em blusas (Cravo 25 de Abril)	50$00

Contacte a sede para aquisição destes artigos.